

JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSO DE INFRAÇÃO – JARI, CONSTITUÍDA ATRAVÉS DA PORTARIA Nº 020 DE 13 DE FEVEREIRO DE 2017, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA NO DIA 14 DE FEVEREIRO DE 2017.

PROCESSO: 2020/012260  
RECORRENTE: MOISÉS DOS SANTOS PINTO  
RECORRIDO: SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES DA BAHIA - SIT  
AUTO DE INFRAÇÃO: P000951417

JARI - Junta Administrativa de Recursos de Infração.

ACÓRDÃO JARI Nº

**EMENTA:** Infração do Art. 252, Inciso IV, do CTB. Inobservância do recorrente quanto ao que determina o Art 5º, IV da Resolução 299/08 CONTRAN. Recurso Conhecido e Improvido.

#### Relatório

Trata-se o presente, de Recurso interposto pelo proprietário legal, em face de expedição de Auto de Infração de Trânsito de nº P000951417, e em oposição ao rigor do Art. 252 do CTB, na data de 22/01/2020, na Rodovia BA523, Km 10 – BR110 A - CANDEIAS, na cidade de Candeias -BA.

De plano, o Recorrente nega o cometimento da infração supondo irregularidades na autuação, dentre outras alegações. Por fim, requer o acolhimento da sua alegação.

A Recorrente junta, em parte, a documentação obrigatória necessária à análise de suas argumentações,  todavia, não acostou um dos documentos obrigatórios (CRLV)  para servir de base à averiguação de suas alegações. Requer arquivamento do auto de infração, alegando insubsistência do mesmo.

É o relatório.

#### Voto

Superadas as questões de Ordem Processuais, no que pertine a tempestividade e a capacidade postulatória. Isto posto, verifico que da análise dos documentos obrigatórios acostados aos autos,  o Recorrente deixou de juntar um dos documentos obrigatórios (cópia do CRLV),  pois exigido pela  Resolução 299/2008 do CONTRAN,  nos termos transcritos abaixo:

Art. 5º A defesa ou recurso deverá ser apresentado com os seguintes documentos:

I - requerimento de defesa ou recurso;

II - cópia da notificação de autuação, notificação da penalidade quando for o caso ou auto de infração ou documento que conste placa e o número do auto de infração de trânsito;

III - cópia da CNH ou outro documento de identificação que comprove a assinatura do requerente e, quando pessoa jurídica, documento comprovando a representação;

**IV - cópia do CRLV;**

V - procuração, quando for o caso. (Grifei).

Por tal razão, não há como acolher a pretensão do Recorrente, por faltar a juntada aos autos de documento que a  Resolução 299/2008 do CONTRAN  impõe como obrigatório.

Desta forma e por estes motivos, VOTO no sentido de  **CONHECER**  do recurso interposto, dando-o por  **IMPROVIDO** , pelas razões ora expostas, julgando  **VÁLIDO E SUBSISTENTE**  o Registro do Auto de Infração nº.  **P000951417** .

#### Resolução

ACORDAM os membros da Junta Administrativa de Recursos de Infração, por unanimidade,  **CONHECER**  do Recurso apresentado, dando-o por  **IMPROVIDO** , determinando o arquivamento do Auto de Infração nº.  **P000951417** , pelas razões de direito aqui expostas.

Sala das Sessões da JARI, 31 de Maio de 2022.

Acioly José Merlo de Araújo – Membro Suplente em Exercício / SEINFRA – Presidente

Aldalice Amorim dos Santos - Membro suplente em Exercício / SIT

Regina Helena S. dos Santos - Membro suplente em Exercício - DETRAN

José Anibal Cerqueira de Moura Fe – Membro Suplente em exercício – FETRABASE

Janaína Nunes Nascimento – Secretária Administrativa da JARI